



Ano 2 | # 07 | edição bimestral | janeiro a abril de 2010

Revista editada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom

Eugênio Bucci: um pensador do jornalismo em defesa do direito à informação

Cibele Maria Buoro*

Resumo:

Este artigo tem como objetivo compreender o pensamento comunicacional de Eugênio Bucci a partir do estudo analítico de suas obras. Detentor de um pensamento crítico que transita entre os âmbitos da política, do poder e da cultura, Eugênio Bucci supre seu leitor de argumentos sustentados por sua base acadêmica (é formado em Direito e Jornalismo pela Universidade de São Paulo). Foram estudadas quatro de suas obras: *O peixe morre pela boca* (1993), *Brasil em tempo de TV* (1997), *Sobre ética e imprensa* (2000) e *Em Brasília, 19 horas* (2008) – no intuito de apontar sua linha de pesquisa e seu objeto de estudo. Além das leituras, uma entrevista pessoal, realizada no dia 2 de dezembro de 2008, permitiu que, a respeito da vida e obra do autor, lacunas fossem preenchidas.

Palavras-chave: 1. Eugênio Bucci, 2. direito à informação, 3. Ética no jornalismo, 4. cidadania.

Introdução:

Quando cheguei ao endereço da avenida Faria Lima, no dia 2 de dezembro de 2008 às 15 horas, pensei estar atravessando apenas mais uma porta de escritório separado dos outros incalculáveis que se amontoam nos edifícios que formam a paisagem urbana da capital paulista. Aguardei o tempo de uma fração de segundo entre ser anunciada ao meu entrevistado e o início da entrevista propriamente dita. A primeira impressão que

tive: respeito aos próprios compromissos e ao de seu interlocutor. Ou até mesmo mais seriedade e responsabilidade profissional. O que importa é que aos poucos, ao transcorrer a entrevista, Eugênio Bucci se revelava um intelectual de muito gabarito, de conversa envolvente, interessadíssimo em cada pergunta, mesmo que muito modesta e simplória, destoante de seu repertório tão refinado. A considerar o modo como ele me cumprimentou – uma olhadela tão rápida quanto um meteorito caindo na Terra, um seco e carrancudo “oi” e o retorno do olhar que se fixou imediatamente à tela do computador, Eugênio Bucci me surpreendeu! Mas até a resposta da primeira pergunta, pensei que estaria mais uma vez diante daqueles figurões intelectuais que dialogam de modo quase que místico com seus próprios pensamentos e que resultam naquelas obras surpreendentes, mas que o olho no olho é um duelo intransponível... mas não era nada disso. Eugênio Bucci é mesmo um intelectual de primeira grandeza, também como pessoa.

O texto que segue é resultado de trechos da entrevista concedida à autora amarrados a outros selecionados em suas obras. Para que possamos ingressar no pensamento comunicacional de Eugênio Bucci, optei por adotar como método a ordem cronológica de sua carreira profissional e intelectual, tendo como objetivo apresentar em etapas os pensadores bem como as obras que o influenciaram em cada um dos estágios de sua vida acadêmica e, posteriormente, profissional. Considero ser este o método mais coerente para demonstrar a evolução de sua linha de pensamento e de seus objetos de estudo – a informação como **direito do cidadão à informação**, a **televisão** (entretenimento), **mídia, ética** e agora **formação do jornalista**. É importante ressaltar que o conteúdo da entrevista não foi editado, com o objetivo de respeitar a linha de raciocínio deste pensador do jornalismo, primar pela transparência, ética e seriedade deste trabalho acadêmico. Portanto, as respostas são apresentadas na íntegra, sem omissão de palavras.

Dupla formação acadêmica

Foi no ano de 1979 que Eugênio Bucci ingressou no curso de jornalismo da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Dois anos mais tarde, simultaneamente aos estudos de jornalismo, iniciou o curso de Direito no Largo São Francisco, também da USP. “Da metade para frente do curso de Direito eu era um mau aluno”, conta Bucci. “Eu já fazia muito movimento estudantil, fui presente do (Centro Acadêmico) XI de Agosto¹, fui diretor do DCE da USP e eu era muito absorvido por isso. Eu fui presidente do XI com 24 anos de idade, eu já era velho! E

depois eu caí na vida profissional com 25 anos, eu já era velho!”. Entre os anos de 1982 a 1983, Eugênio Bucci atuou no periódico da Editora Abril, Cães & Cia. À frente da reportagem da revista *Veja*, de 1985 a 1986, Eugênio Bucci deu início a uma carreira construída pelo reconhecimento intelectual, competência e ética. Esta, a ética, um de seus objetos de estudo que lhe renderam o título *Sobre ética e Imprensa*, como veremos mais adiante. Durante cinco anos (de 1987 a 1991), editou a revista *Teoria & Debate*, publicação do Partido dos Trabalhadores e atuou simultaneamente como editor e depois diretor da revista *SET*, da Editora Abril. Em 1987 Eugênio Bucci torna-se colunista do Caderno 2 do jornal o *Estado de S.Paulo* e passa a colaborar semanalmente com a coluna *Sintonia Fina*. Um ano depois, em 1988, Bucci interrompe o trabalho de colunista, retomando-o entre os anos de 1994 a 1996. Foi quando restabeleceu seu posto de colunista que o livro *O peixe morre pela boca* (1993) foi produzido. Nesta obra o autor publica oito artigos reflexivos sobre as relações entre os meios de comunicação, a política e a sociedade. Vale um comentário em relevo para um dos artigos do livro intitulado *Da pancadaria explícita à violência invisível* no qual programas televisivos intitulados policiais como *O povo na TV*, *Documento Especial*, *Linha Direta*, *Cadeia Nacional*, *Aqui e Agora* são objetos para suas análises a respeito da violência na televisão. Neste artigo Bucci desenvolve uma linha de raciocínio que traz à luz as formas de violência praticadas pela mídia, como por exemplo, a desigualdade e a exclusão por meio de seu noticiário.

Foi um regime de exceção que instaurou o modelo de televisão tal qual nós o temos no Brasil, quer dizer, foi um regime que empregou continuamente a força para impor uma nova organização social, uma nova distribuição de riqueza e de pobreza e um tipo determinado de desenvolvimento econômico. (...) Ninguém mais contesta que o modelo das grandes redes brasileiras é antidemocrático. O nosso ponto é perguntar se ele, além de antidemocrático não é também violento (BUCCI, 1993:121-123).

Refere-se o autor aos casos de humilhação pública exibidos pela televisão:

O escárnio com que se tratam os humildes não parece violento à primeira vista, no vídeo: porque o modelo de televisão é produto de uma ordem que também dedicou escárnio, sistematicamente, aos humildes. (...) Essa televisão é a permanência no tempo de um projeto violento de integração nacional, é o produto e a permanência ainda que órfã, de um poder violento (BUCCI, 1993:122).

A televisão é um objeto de estudo de Eugênio Bucci: “Fui e sou colunista de jornais, hoje eu sou colunista do *Estadão* escrevendo principalmente sobre o fenômeno da comunicação com alguma ênfase em imprensa e comunicação pública, fiz críticas de

televisão, fui colunista da *Veja* falando principalmente de televisão, da *Folha de S.Paulo* falando principalmente de televisão e em outra época do *Estado de São Paulo* falando principalmente de televisão, do *Jornal do Brasil* falando de cultura em geral (...) Eu me vejo como um jornalista e como um professor de jornalismo e a minha definição seria hoje, aqui, um profissional que observa criticamente a cena midiática e a partir daí eu trabalho bastante com essas noções que eu desenvolvi no doutorado”, diz em entrevista concedida à autora no dia 2 de dezembro de 2008.

O mais relevante objeto de análise de Bucci - e que se transformou num discurso mais amplo na obra *Em Brasília, 19 horas* (2008) – está presente em *O peixe morre pela boca: o questionamento sobre os direitos do cidadão*.

Hoje, o senso comum perdeu a noção de que a cidadania inclui direitos políticos e também, apenas para destacarmos aqui um dos aspectos dos direitos civis, os direitos do consumidor. Mas não se reduz aos direitos do consumidor, como quer fazer parecer o neoliberalismo à brasileira (BUCCI, 1993:40).

Nota-se, nas palavras do autor, a preocupação com os “direitos” do indivíduo. “Não é possível, neste final de século XX, haver liberalismo econômico sem que certas garantias individuais e sociais e os direitos humanos dêem a base para a constituição do livre mercado” (BUCCI, 1993:46). Completa o autor que outro aspecto essencial de um regime de livre mercado é o exercício rotineiro de democracia. Convém explicar que, a formação acadêmica em Direito de Eugênio Bucci é um dos pilares que sustentam sua reflexão. Outro questionamento presente nas obras do autor é questão dos monopólios das empresas de comunicação. Segundo ele, o monólogo do poder (caracterizado como a supremacia das grandes emissoras de televisão) esvazia a cultura nacional e empobrece o pensamento reflexivo.

Durante a ditadura militar, o Estado, tornado a antítese do interesse público e a clausura da opinião pública, agiu como o garantidor e o despachante da privatização não dos bens, mas de espaços públicos. Privatizou-se, em parte, o controle sobre as ondas eletromagnéticas, veículo para o direito de livre expressão. Após estatizar autoritariamente o regime de concessão dos canais de rádio, após apropriar-se do Estado segundo critérios privados, o regime militar passou a utilizá-lo para proteger grandes grupos econômicos, seus apadrinhados. O Estado se pôs a serviço de uma burguesia que, por sua vez, fortalecia à sombra dele. Isso se deu com empreiteiras, com bancos, com multinacionais. E com empresas de comunicação (BUCCI, 1993:43).

Em outro trecho selecionado, Bucci ressalta a questão do *direito*:

O neoliberalismo advoga – demagógicamente, aliás – os direitos daqueles que pagam pelos direitos. (...) O neoliberalismo joga para

baixo do tapete os clamores dos excluídos sociais, homens que têm aviltada a sua cidadania em muitos aspectos, inclusive porque lhes foram cassadas as condições para se tornar consumidores (BUCCI, 1993:41).

Apesar de a crítica reconhecer a qualidade de seu trabalho, Bucci faz o seguinte julgamento a seu respeito: “Em primeiro lugar eu acho que não é isso tudo, eu acho mesmo... eu acho que existe uma consistência no que eu estou produzindo e espero chegar em breve num nível um pouco melhor ... mas eu acho que a minha formação tem muito a ver, em primeiro lugar, como uma consciência, um estado de atenção permanente para a cena brasileira e na conformação dos sentidos sociais que nos temos no Brasil eu venho dizendo há um bom tempo que a televisão ocupa uma centralidade no espaço público e provavelmente ainda ocupa mas, com a era digital isso é uma centralidade que ganha páginas como se a comunicação unidirecional, monologada desse lugar a uma teia mais horizontal e mais bidirecional com redes que assimilam com mais rapidez, mais facilidade, mais eficiência os mecanismos dialógicos, e isso modifica um pouco a natureza do espaço público, principalmente a natureza do chamado mundo da vida. Mas eu acho que embora eu não tenha parado para pensar sobre isso, que a atenção à cena brasileira seja um componente muito importante, isso tem a ver em grande parte com uma espécie de engajamento não partidário, mas um engajamento político na observação dos mecanismos de dominação, das aberturas para articulação política, da participação da cidadania, da construção da cidadania. Então essa dimensão que eu diria política da observação e da atuação intelectual foi muito importante pelo menos na minha formação”, diz em entrevista concedida à autora, no dia 2 de dezembro de 2008.

Ao analisar as formas de violência que se manifestam na televisão, Bucci reforça sua preocupação com o direito à informação.

Sempre que uma grande rede, numa decisão quase monárquica, julga-se na condição de decidir, acima da sociedade, se põe ou se não põe no ar um ato político protagonizado pelo conjunto dessa sociedade – como aconteceu com as campanhas pelas eleições diretas em 1984, que a Rede Globo esperou meses para começar a noticiar, e aconteceu em parte com as denúncias de corrupção que acabaram por determinar a queda do presidente da República em 1992 -, a sociedade sofre um ato de violência. Estão lhe sonhando o direito à informação (BUCCI, 1993:124).

Retorno à vida acadêmica

No início da década de 90, Eugênio Bucci ingressa na pós-graduação na Escola de Comunicação e Artes (ECA), da USP, como ele mesmo recorda: “Bom, eu estudei, eu

entrei em jornalismo em 78, e em direito eu entrei em 1980, fiz as duas graduações e segui a carreira de jornalista, só fui entrar na pós-graduação mais tarde, é...eu comecei o mestrado na década de 90 e aí acabei não concluindo em função de acúmulo de compromissos profissionais, fiz quase que todos os créditos mas tive que abandonar. Retomei isso um pouco depois, ainda nos anos 90 e a minha dissertação foi é... avaliada como sendo um doutorado, então eu defendi o doutorado direto e o meu doutorado procurava estabelecer uma visão crítica da comunicação a partir de referências que eram a ideia de espaço público, duas referências lingüísticas importantes, o Saussure e o Bakhtin, entre os quais eu localizei pontos de contato e de sustentação, ou seja, embora sejam linhas interpretadas como antagônicas, eu vi nelas uma proximidade e uma identidade no que se refere à primazia do signo e além disso outra referência importante foi o teoria psicanalítica, alguma coisa da teoria do valor e algumas referências também do espetáculo a partir de Guy Debord, mas também com elementos anteriores, principalmente da Escola de Frankfurt e identifiquei mecanismos de produção de valor na indústria do imaginário mostrando que a construção dos signos na indústria do imaginário comporta valor, de tal forma que a mercadoria deixa de ser vista como uma coisa corpórea nos termos de Marx e passa a ser vista como um signo do qual a coisa corpórea é um acessório e é como um signo que a mercadoria circula e como signo é que o seu valor se realiza, então essa é uma síntese da construção teórica que eu apresentei no doutorado”, diz à autora. Após explicar a síntese de sua tese, Bucci faz expressão de complexidade e espera meu contra-argumento. Ele percebe que a complexidade de sua explicação requer detalhamentos: “Trata-se de uma pesquisa da comunicação e o ponto de partida era muito a televisão, tanto que o nome da tese é *Televisão Objeto (A crítica e suas questões de método)*, mostrando uma crítica da televisão poderia, se aprofundada, chegar nestes mecanismos de produção de valor na comunicação, então eu falo muito de publicidade, de espetáculo, de entretenimento, e também de jornalismo, mas principalmente a partir da comunicação posta pela TV que não é revogada nos termos que eu proponho pela comunicação da era digital”, explica o estudioso. Questionado sobre o conteúdo de suas críticas e se sua formação em Jornalismo e Direito seriam as fontes de seu repertório, Bucci diz; “De fato eu persisti nessas linhas e um artigo dá suporte para o outro e vice-versa, então eu tenho hoje cerca de mil artigos publicados em jornais e talvez um pouco mais, e publicações acadêmicas e livros e tal... esse número é muito aproximado mas dá uma dimensão do que é minha produção de algum fôlego, fora coisas esparsas que eu não estou contando aqui sobre outros assuntos. O que que eu observo? Desde a minha formação na área de jornalismo

eu tinha uma inclinação para a crítica muito grande e aí eu fui editor e depois diretor de redação de uma revista de crítica de cinema que era a *Set*, depois eu comecei a escrever sobre televisão como repórter já na revista *Veja*, depois comecei a fazer comentários críticos na *Folha*², eu fui articulista da *Folha* muitos anos e eu acredito que nunca parei para pensar nos elementos da formação”.

Reencontro com o mercado e com a crítica

Foi primeiro como colunista e diretor de redação, em seguida acadêmico e depois presidente da *Radiobrás* que Eugênio Bucci construiu seu nome. Depois do *Estadão*, o atual professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), Eugênio Bucci, atuou como colunista na *Veja* (Tempo de TV), entre os anos de 1996 a 1998, diretor de redação das revistas *Quatro Rodas* e *Super Interessante* (de 1994 a 1999), e também secretário editorial da Editora Abril entre 1996 a 2001. Um pouco antes, de 1991 a 1994, foi editor da revista *Playboy*.

Depois de exercer a função de assessor do *Jornal da USP*, em 1994, Eugênio Bucci publica, três anos mais tarde, o livro *Brasil em tempo de TV*. O título da publicação é motivado por uma homenagem que Bucci quis prestar a seu ex-professor Jean-Claude Bernadet que, em 1967, lançou a obra *Brasil em tempo de cinema*. Bucci reuniu 50 artigos selecionados entre os que foram publicados em sua coluna semanal *Sintonia Fina* do jornal *O Estado de S.Paulo* de abril de 1994 a março de 1996.

Como a televisão está inserida no espaço público, a afirmação de que a televisão é o fator de integração nacional, reprodutora da imagem do Brasil e delimitadora do espaço público brasileiro são os temas debatidos e contextualizados em *Brasil em tempo de TV* (1997).

O espaço público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão. (...) O que é invisível para as objetivas da TV não faz parte do espaço público brasileiro. (...) Dentro desses limites, o país se informa sobre si mesmo, situa-se dentro do mundo e se reconhece como unidade. (...) (BUCCI, 1997:11).

Analisando os canais abertos de TV no Brasil, Bucci faz uma análise crítica e reflexiva sobre poder, política, publicidade, religião, ficção, novelas, documentários, programas jornalísticos de várias emissoras de televisão (*Aqui e Agora*, *Jornal Nacional*), além de matérias jornalísticas. Segundo Bucci, ao analisar os canais abertos e as grandes redes de televisão, “eles são um registro de como o Brasil apareceu” na TV durante esses dois anos em que estudou a televisão:

A televisão é muito mais do que um aglomerado de produtos descartáveis destinados ao entretenimento da massa. No Brasil, ela consiste num sistema complexo que fornece o código pelo qual os brasileiros se reconhecem brasileiros. Ela domina o espaço público (ou a esfera pública) de tal forma que, sem ela, ou sem a representação que ela propõe do país, torna-se quase impraticável a comunicação – e quase impossível o entendimento nacional (BUCCI, 1997:9).

Na obra *Brasil em tempo de TV*, Bucci constrói um leque de argumentações amplo e complexo para situar a função desempenhada pela televisão na sociedade, os trâmites burocráticos que a norteiam – como a questão da concessão pública para funcionamento da radiodifusão no Brasil -, bem como o que se deve ou não esperar da televisão.

A televisão se apresenta com os mecanismos necessários para integrar expectativas diversas e dispersas, os desejos e as insatisfações difusas, consegue incorporar novidades que se apresentem originalmente fora do espaço que ela ocupa e, em sua dinâmica, vai dando os contornos do grande conjunto, com um tratamento universalizante das tensões (BUCCI, 1997:12).

Ressalta o professor da ECA: “Uma característica natural dos meios de comunicação de massa – a de ser avessos ao exercício da crítica, uma vez que a crítica não une audiências, mas divide-as – ganhou, com a formação da televisão brasileira” (BUCCI, 1997:19-20).

Na análise de Bucci o modelo de televisão brasileiro que se configuraria no país a partir da instauração da Rede Globo como emissora hegemônica se deve às articulações políticas com o governo militar: “A Globo não é única, mas é a mais perfeita expressão do modelo gerado pelo autoritarismo, e é também a prova de que ele deu certo” (BUCCI, 1997:17). Segundo o autor, a televisão brasileira se pôs como o prolongamento do Estado autoritário, incumbindo-se do trabalho que ele, Estado, não poderia realizar sozinho:

Uma boa representação dessa parceria (Estado e televisão privada) pode ser encontrada no tom oficial que adquiriu o telejornalismo. (...) Era preciso ter na TV o *Jornal Nacional* (que foi ao ar pela primeira vez em 1º de setembro de 1969, e era preciso que ele fosse produto de uma emissora privada, uma representante da sociedade civil). (...) a ditadura precisava da TV para a sua sustentação política (BUCCI, 1997:19).

Bucci argumenta que a televisão se habituou a propagar o patriotismo, implementou um jornalismo governista, de integração nacional, mesmo com a queda da ditadura. Desse modo, “é correto afirmar que o governismo do telejornalismo (e dos empresários do setor) é atávico”. (BUCCI, 1997:20). O autor alerta sobre o modelo de televisão que foi

instituído no período do regime militar ainda resiste. O vínculo subserviente ao poder do Estado se justificava pela dependência da assinatura do governo tirano para concessão.

Desaparecido o tirano (a ditadura e a concentração de decisões no Executivo), o veículo se adequasse a regras mais democráticas, menos subservientes. Seria lógico supor que TV e Estado se afastassem. No entanto, deu-se algo menos esperado: a televisão, de beneficiária, converteu-se na fonte do poder político (BUCCI, 1997:20).

Ainda segundo o autor, a TV hoje continua a servir o poder político, contudo, com a prerrogativa de decidir quais serão os titulares do poder. Na sua condição de prolongamento do Estado autoritário, “a velha troca de gentilezas e bajulações entre tirania e servilismo degenerou numa inversão que corrompe a possível democracia brasileira” (BUCCI, 1997:20). Ainda segundo Bucci, a Rede Globo tem como preocupação preservar a “ordem posta”, ou seja, o modelo de televisão por ela representado perpetua a ordem autoritária. “Ou a televisão continua a delimitar o espaço público, ou o espaço público decide, por suas forças legítimas, disciplinar a televisão que o ocupa” (BUCCI, 1997:21).

Repare como a preocupação com os direitos sociais surge nesta análise que fez em 1994, sobre o partidarismo insistente do *Jornal Nacional*, comentando a disputa presidencial entre FHC e Lula.

Como foi a cobertura à greve dos metalúrgicos? Em nenhum momento a palavra greve foi associada a direito do trabalhador, a perdas salariais, e mesmo ao risco pessoal de perder o emprego que todo grevista enfrenta. Ao contrário, a palavra greve foi enfaticamente associada a prejuízo (BUCCI, 1997:54).

Em Brasil em tempo de TV, os comentários de Eugênio Bucci a respeito do poder e da política se apresentam como um primeiro ensaio para um debate mais aprofundado que o autor mantém no livro *Brasília: 19 horas*:

“O interesse público não pode se confundir assim com o interesse privado. Dá-se, em termos clássicos, o que se chama de conflito de interesse” (BUCCI, 1997:113).

A observação é a metodologia empregada por Eugênio Bucci no seu trabalho como crítico de televisão e cinema, ou do entretenimento, como ele classifica essas “entidades”. “Claro, (meu trabalho é) muito de observação, porque o meu ponto vem de observação que depois ganha solidez a partir de leituras, mas a observação é fundamental. No Brasil o espaço público mediado pela televisão é algo perceptível a olho nu, então quando por exemplo Guy Debord fala no final dos anos 60 que o espetáculo é uma relação social entre pessoas mediada por imagens ele está pondo numa

abstração algo que nos vemos com muita concretude a partir dos anos 70 no Brasil, então eu te diria que eu vi o bicho e depois fui buscar referências sobre o bicho mas antes eu vi o bicho e eu acho que por isso existe algum toque de originalidade nas coisas que eu formulo, porque é algo muito vinculado à observação da cena brasileira. Eu não sei se eu posso ser caracterizado como um crítico cultural *stricto senso* porque o meu repertório sobre arte, sobre estética, sobre os movimentos culturais, as correntes literárias, as escolas de cinema é um repertório bastante limitado, não é a partir desse lugar que eu falo, eu falo é a partir da construção de sentidos na sociedade”, diz em entrevista concedida à autora.

É preciso ética

O *direito à informação*, mais um tema de estudo de Eugênio Bucci, foi exaustivamente debatido na obra *Sobre ética e imprensa* e *Em Brasília 19 horas*. Nestes livros, o autor critica com rigor acadêmico as relações do poder com a informação e o direito do cidadão de ter acesso à informação. “Pode-se dizer que têm duas linhas importantes do meu trabalho. Uma é a crítica da imprensa, sobre isso eu escrevi algumas coisas entre elas o livro *Sobre Ética e Imprensa*, da Companhia das Letras, e a outra linha seria o crítico do entretenimento, da comunicação de uma forma mais geral”, diz Bucci. Nota-se, a partir dos trechos selecionados do livro *Sobre ética e imprensa* que seguem abaixo, está evidente a preocupação permanente do autor com a ética e os direitos dos cidadãos:

Jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão dedicados ao jornalismo, assim como os sites informativos na Internet, nada disso deve existir com a simples finalidade de gerar empregos, fortunas e erguer os impérios da mídia; deve existir porque os cidadãos têm o direito à informação (...) Sem que esse direito seja atendido, a democracia não funciona, uma vez que o debate público pelo qual se formam as opiniões entre os cidadãos se torna um debate viciado. Por isso a imprensa precisa ser forte, independente e atuante. É verdade que a atividade jornalística se converteu num mercado, mas, atenção, esse mercado é consequência, e não o fundamento da razão de ser da imprensa (BUCCI, 2000:33).

Ética, independência, virtude, falta de transparência e independência editorial por conta de conflitos de interesses comerciais versus interesses sociais, o processo de produção de uma notícia, isenção, objetividade e imparcialidade jornalística: temas analisados por Bucci sistematicamente. “Quando o poder age no sentido de subtrair do cidadão a informação que lhe é devida, está corroendo as bases do exercício do jornalismo ético, que é o bom jornalismo, e corrompendo a sociedade” (BUCCI, 2000:33). As relações entre imprensa e poder já supõe uma discussão ética, alerta o autor. No livro *Sobre ética*

e imprensa Bucci é minucioso em sua análise, desmontando todos os mecanismos que compõem essa instituição denominada imprensa. Desmontados, portanto, Bucci joga sobre eles uma lupa que permite aproximar análises e compreender mais de perto todos os conflitos éticos, jogos de interesses e outras discussões que permitam o entendimento do processo jornalístico.

O fazer jornalístico pressupõe uma ética, mas não depende de discorrer sobre ela. É como se fazer jornalismo bem-feito vale dizer, eticamente bem-feito, não dependesse de pensar sobre essa ética nem de discuti-la. Isso é em parte verdadeiro e precisa ser compreendido (BUCCI, 2000:41).

Em toda a desconstrução e análise do autor há como objetivo o direcionamento para os direitos do cidadão à informação:

O jornalismo só faz sentido na democracia, na observância dos direitos humanos, numa sociedade que cultive a pluralidade e as diferenças de opinião. Na defesa destes temas, é bom frisar, o jornalista nunca é isento, neutro e equânime, mas sempre é um militante (BUCCI, 2000:49).

Na concepção de Eugênio Bucci, o direito à informação é uma instituição que resulta do exercício da ética e que envolve, inclusive, a credibilidade da imprensa:

Se não pode oferecer ‘a’ verdade, o que a imprensa pode então proporcionar? *Ela pode oferecer confiabilidade*. Por isso, como já foi dito, a imprensa é a materialização de uma relação de confiança, e não simplesmente um serviço de fornecimento de produtos informativos para o consumo. O relato jornalístico precisa guardar um mínimo de confiabilidade – um mínimo sem o qual a autoridade da imprensa estará perdida (BUCCI, 2000:52).

Continua o autor refletindo sobre a credibilidade: “(...) quem sustenta qualquer empresa dedicada ao jornalismo não é a publicidade, mas a credibilidade pública. Um engano bastante comum entre leitores (...) é supor que a publicidade garante o sustento dos veículos de imprensa” (BUCCI, 2000:65). E mais:

A credibilidade é produzida com qualidade editorial, que pressupõe conhecer o leitor, atender suas necessidades e antecipar-se a elas, fazer valer seus direitos, defendê-los, informá-lo com exclusividade e em primeira mão, escrever numa linguagem que ele entenda e goste, com a qual ele aprenda e se divirta. Daí nasce a relação de confiança. O público não vai atrás do anunciante, mas o contrário. Este é que vai atrás do público, beneficiando-se legitimamente da relação de confiança que vincula o cidadão-consumidor a tudo aquilo que o jornal ou a revista publicam (BUCCI, 2000:66).

E para encerrar as citações de Bucci extraídas do livro *Sobre ética e imprensa*, temos: “É o direito de acesso à informação (e à cultura) que justifica democraticamente a livre existência de toda forma de comunicação social” (BUCCI, 2000:187).

Espaço público e cidadania

Foi durante sua gestão como presidente da Radiobrás, entre 2003 e 2007 – período do primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, se estendendo por seis meses do segundo - que Eugênio Bucci foi mentor e protagonista de um processo de reestruturação no modo de conduzir a produção de informação na Radiobrás que abalaria as estruturas de uma cultura já petrificada na esfera pública: construir a impessoalidade e impedir que o governo utilizasse a máquina pública para se autopromover. Em substituição a essas práticas inconstitucionais e imorais, o esforço de Bucci durante os quatro anos e pouco mais de seis meses em que permaneceu à frente do jornalismo da estatal foi o de “educar” todo o funcionalismo para a obrigação de atender o direito do cidadão à informação. Toda a trajetória de Eugênio Bucci foi instigantemente narrada – com riqueza de detalhes e histórias inéditas de bastidores – no livro, reconhecido pela crítica, como um dos mais interessantes, importantes e únicos que tratam das relações da imprensa com o poder e com a informação que se produz sobre o poder: *Em Brasília, 19 horas* (2008). O título se refere à primeira frase dita na abertura da *Hora do Brasil* e foi sugestão de seu filho Mário, estudante de jornalismo e que também se prepara para o vestibular de Direito. O que Bucci pregou, defendeu e executou no cargo de presidente da Radiobrás encontram seus pilares de sustentação em sua dupla formação acadêmica: “Quando estamos falando de cidadania e direito à informação é evidente que aí existe uma presença muito grande da minha formação jurídica, menos do ponto de vista do direito positivo, do ordenamento tal como ele se encontra e muito mais do ponto de vista da legitimidade, de noções de justiça, de respeito aos direitos humanos, e assim por diante. Então, eu acho que essa combinação na dimensão política tem uma presença muito grande da formação na faculdade de Direito do Largo São Francisco. Agora, na medida em que eu fui aprofundando essa preocupação com leituras que passavam pela linguagem, pela ciências da linguagem... um pouco tendo os estudos culturais da recepção, e principalmente, a observação mais sistemática dos procedimentos da imprensa, eu acho que essa preocupação ganha alguns toques de um instrumental teórico, mesmo a abordagem que eu faço da cena da imprensa, que é uma abordagem muito marcada pela preocupação ética ela tem uma influência muito forte da formação em direito, porque eu acredito hoje que o que define

o jornalismo é o discurso dirigido ao direito à informação, o que define o jornalismo não são características intrínsecas de uma certa narrativa, de um relato, de uma forma de contar – como muitos acreditam -, mas algo que está naquilo a que esse discurso se dirige. O que define o jornalismo é a característica que ele tem de se dirigir ao atendimento do direito à informação, que existe o direito à informação que o jornalismo se põe socialmente e é por isso que ele só pode ser exercido a partir do primado da liberdade de expressão, por isso que a gente pode ver a liberdade de expressão como a outra face da moeda do direito à informação”. E lá estava Bucci em Brasília, defendendo o direito à informação logo em seu discurso de posse: “Disse que a partir daquele instante, o nosso trabalho seria presidido pelo direito à informação do cidadão brasileiro, pois não há democracia onde há miséria de informação” (BUCCI, 2008:17). Disse em seu discurso de posse:

A ética da informação e a ética do jornalismo são inseparáveis da ética republicana, a ética obsessivamente republicana que deve governar cada instituição da nossa democracia e do nosso país. (...) Há com frequência um equívoco, e esse equívoco é o de achar que nós pomos no ar as informações que nos interessam e ponto. Isso é um equívoco, porque quando as informações que nos interessam não correspondem às necessidades do cidadão a credibilidade começa a ser ferida. Portanto, as informações que nos interessam veicular são as informações a que o cidadão tem direito. Isso é a construção da credibilidade. Quem está no topo de todo esse trabalho é o cidadão. É aquele que muitas vezes não exige porque não sabe que pode exigir. E o nosso trabalho é ensiná-lo sobre isso, ensiná-lo que ele pode exigir (BUCCI, 2008:17-18).

Como não se tratou de um protocolar discurso, Bucci naquele momento acabara de declarar guerra a uma cultura política corroída pelo partidarismo, pela inércia administrativa, pelos maus hábitos e duvidosas práticas, uma cultura política que sobrevivia por força dos costumes, dos vícios. Tanto a direita como a esquerda, todos praticavam o discurso oficialista ilegal.

“Durante a minha gestão, serviria não mais à finalidade de construir uma imagem favorável de governantes, mas à missão de dar ao público a informação que ele tem o direito de ter” (BUCCI, 2008:18). Continua o autor:

Eu fracassaria, eu fracassaria fatalmente: tive esse pressentimento num átimo, um hiato entre uma cena e outra (...) Quando eu proclamei o que proclamei, o meu pior fantasma me encarou sob a face inconscientemente incrédula dos convidados: para os meus futuros interlocutores, o que eu estava prometendo era apenas o impossível (BUCCI, 2008:18).

Um dos primeiros a se incomodar com o jornalismo de Eugênio Bucci na Radiobrás foi o então ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu. “O nosso jornalismo objetivo começava a ser chamado de jornalismo de oposição, essa era demais” (BUCCI, 2008:39). Foi no episódio do ‘mensalão’, em 2005, que o cargo de Bucci passa por seu período de tensa experiência:

Para a Radiobrás, o desafio parecia estar acima de suas forças e de sua autonomia: não seria simples cobrir um escândalo de tão grandes proporções, envolvendo diretamente personagens ligados ao governo. Nós não sabíamos se os parâmetros de objetividade e de apartidarismo resistiriam. Foi para nós um período de imenso desgaste físico. No final, constatamos que valeu a pena. O noticiário da Radiobrás atravessou aquelas trevas sem se dobrar, nem ao governismo nem ao sensacionalismo. Só a Agência Brasil, naquele ano, publicou, apenas a respeito das denúncias e das apurações do chamado ‘mensalão’, nada menos que 3.500 reportagens. Não sofreu uma única acusação de sonegação de dados e algumas das notícias que veiculou em primeira mão foram reproduzidas em seguida por inúmeros órgãos de imprensa do país e do exterior. Nossa credibilidade cresceu (BUCCI, 2008:46).

Bucci repetiu a fórmula do jornalismo de interesse do cidadão, apartidário e objetivo no programa *Café com o Presidente*³. “O principal atributo do *Café*, contudo, foi o fato de que o entrevistado não fugia dos temas espinhosos” (BUCCI, 2008:55). Completa o autor: “O *Café* se tornou, na opinião de alguns observadores da mídia, o principal meio de comunicação direta de Lula com o grande público” (BUCCI, 2008:55). Mas a batalha travada por Bucci, aquela que começou no seu discurso de posse, pulsava diante da primeira oportunidade. O professor da ECA narra no livro em Brasília, *19 horas* que instituiu regras, fez contratações de peso, “reeducou” seus profissionais para agirem como jornalísticas e não assessores de imprensa do governo. Para isso usava dos seguintes argumentos: “Não tínhamos o direito de distorcer os fatos para proteger o governo, qual era a missão de uma empresa pública de comunicação” (BUCCI, 2008:156). A persistência na garantia ao direito à informação não cessava. Bucci chegou a alterar o texto de abertura do programa *Voz do Brasil*:

(...) Esta fase da nova *Voz do Brasil* vem para atender, com mais eficiência, o direito que você tem de estar bem informado. Isso mesmo, um direito. Vamos repetir: estar bem informado é um direito fundamental que você tem. É por isso e para isso que existe A voz do Brasil, para que você saiba de tudo que faz diferença na sua vida. Não se esqueça, na democracia todo o poder emana do povo, quer dizer, o cidadão é a fonte de todo poder. E para escolher melhor, para saber o que decidir e para participar dos rumos de seu país, todo cidadão precisa estar bem informado. É por isso que *A Voz do Brasil* está mudando: para ser um serviço mais democrático, mais acessível e mais claro, sempre a serviço do cidadão e da cidadã. E de mais ninguém (BUCCI, 2008:157).

Alertar o cidadão para seus direitos, clareza no linguajar, notícias objetivas cujos protagonistas fossem os cidadãos e não o governo, veiculação de notícias que não inflassem o ego de políticos, mas que fossem úteis ao cidadão foram esforços para elevar a audiência da *Voz do Brasil*. Eugênio Bucci em todos os enfrentamentos com o poder preservou seus ideais:

Para o jornalista e para aqueles que respeitam o jornalismo, trata-se verdadeiramente de uma profissão de fé. A liberdade de imprensa, por ser um direito do cidadão, só pode ser dever para o jornalista, o primeiro e mais alto dever que lhe cabe. Pretender que o jornalista esmoreça no cumprimento desse dever é o mesmo que pedir ao cidadão que renuncie ao próprio direito à informação. Dizendo a mesma coisa pela via inversa, o jornalista tem o dever de exercer a liberdade porque o cidadão tem o direito de se informar livremente. Aos que acreditam que a liberdade é algo como uma prerrogativa dos profissionais de imprensa, advirto que se trata de um equívoco primário: ela é um penoso dever para o profissional, que, ao cumpri-lo, expõe-se. Liberdade não significa impunidade. O dever de exercer a liberdade significa que ele não tem outro caminho a seguir se quiser de fato exercer o ofício que lhe cabe. O dever da liberdade significa o dever de arriscar-se ao erro, de apresentar-se ao exame do público, ao julgamento dos iguais, às sentenças, às condenações. A liberdade não é apenas o primeiro: é também o mais árduo dever da imprensa. E, por fim, o ponto fatal: a liberdade não existe para a prática do elogio; ela existe para incomodar, para olhar a cena com espírito crítico (BUCCI, 2008:226).

O trabalho de Bucci repercutiu na mídia. A imprensa reconheceu, dia após dia, as modificações implementadas e o jornalismo com foco no cidadão produzido pela Radiobrás. No dia 22 de setembro de 2004, na solenidade que comemorou os 25 anos de fundação da Associação Nacional de Jornais, em São Paulo, Lula discursou. E seu discurso fora articulado por Bucci, que dizia em um de seus parágrafos: “Nós sabemos que, sem informação de qualidade, o cidadão não tem como exercer a plenitude de seus direitos. E a liberdade de imprensa é outra face da moeda do direito à informação”. O pronunciamento de Lula rendeu editorial na revista *Veja* e um agradecimento por telefone de Lula a Bucci.

Nenhuma sociedade avança na direção da justiça social se não elege a liberdade de imprensa como um bem maior. Sem relativizações. Sou testemunha de que, nas convicções do presidente Lula, o compromisso com a liberdade ocupou um lugar central durante o período em que trabalhei com ele. (...) em outras ocasiões, ele experimentou a dor de ver referências que o ofendiam – e a seus familiares – e se empenhou um não permitir que sua dor humana contaminasse a postura que lhe era exigida, como governante, de zelar pela vigência da liberdade. Ao menos a meu juízo, Lula soube pôr o seu dever de governante acima do seu sofrimento pessoal (BUCCI, 2008:229).

Contudo, no segundo semestre de 2006, a crise no governo provocada pelo episódio do mensalão havia resultado num desgaste político sem precedentes. Foi quando vieram as cobranças para que a Radiobrás produzisse uma “narrativa do governo”, como forma de compensar “o que viam como ataques orquestrados da tal ‘grande mídia’. Não percebiam que nos propunham uma conduta claramente irregular (...). De novo, nós não reagimos” (BUCCI, 2008:277). No dia 24 de novembro de 2006, data do aniversário de Bucci, um inestimável presente chega por meio da imprensa:

(...) quando completei inadmissíveis 48 anos, surgiu um dado relativamente novo. O professor Bernardo Kucinski (...) reapareceu no nosso caminho com um artigo no site *Carta Maior* atacando a *Agência Brasil*. (...) Eu me aborreci, mas depois percebi que aquele ataque foi um senhor presente de aniversário. A partir dele, o debate ganhou os jornais. Sem que eu tivesse calculado, abria-se uma oportunidade para que a Radiobrás esclarecesse o sentido público do que vinha construindo (BUCCI, 2008:277-278).

Bucci relata no livro *Em Brasília, 19 horas*, que alguns postulavam que o governo dirigisse o noticiário da Radiobrás a seu favor. O debate repercute e vários veículos de imprensa entrevistam Eugênio Bucci na ocasião. “O governo não pode dirigir o noticiário. Governo é fonte e alvo de investigação”, disse em entrevista a Paulo Moreira Leite, do *Estadão*. O site do Partido dos Trabalhadores, que também entrevistou Bucci, defendeu o apartidarismo e a conduta objetiva do jornalismo. Para o jornal *Folha de Paulo*, Bucci declarou que

não era tarefa do governo emitir juízo de valor generalizante sobre jornais e revistas, como faziam os que defendiam um noticiário tendencioso na Radiobrás. Quem tem de discutir a imprensa não é o governo. A imprensa tem o dever de discutir o governo, mas não o contrário (BUCCI, 2008:279).

O colunista Jorge Bastos Moreno, em seu blog, assumiu a defesa das mudanças da Radiobrás: “Eugênio Bucci tornou a Radiobrás uma empresa jornalisticamente admirável. Claro que, para isso, estimulou uma equipe inteira. A Radiobrás é hoje uma empresa jornalística que goza da maior credibilidade no mercado”. No mesmo dia 30, um editorial *A razão de ser da Radiobrás*, de *O Estado de S.Paulo* afirmava:

“Na gestão de Bucci, a Radiobrás ressaltou que a sua razão de ser é veicular ‘com objetividade informações sobre Estado, governo e vida nacional’. (...) A concepção defendida por Bucci representa um avanço mensurável pelas resistências que desperta” (BUCCI, 2008:280). Partiram manifestações em outros editoriais, como o de Fernando Barros e Silva, na *Folha de S.Paulo*: “O presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, deu

algumas lições simples e oportunas de espírito público e compromisso democrático”. Carlos Alberto di Franco, em *O Estado de S.Paulo*, declarou: “Eugênio Bucci é um profissional sério e competente. Sua atividade à frente da Radiobrás tem sido marcada pelo profissionalismo”. No site do *Comunique-se*, o professor Manuel Carlos Chaparro deixou registrado em sua coluna que “a Radiobrás assumiu e cumpre compromisso público de respeitar a verdade dos fatos, com objetividade e apartidarismo” (BUCCI, 2008:281). Ao dia 7 de dezembro, Eugênio Bucci foi homenageado pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), em São Paulo, com o prêmio de “Comunicador do Ano”.

Referenciais acadêmicas

A construção do acadêmico Eugênio Bucci – foi professor na graduação de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero entre os anos de 2001 a 2002 e em 2008 se tornou professor-doutor da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da USP nas disciplinas de Ética para jornalismo e Editoração, Jornalismo on-line e Livro-reportagem – é resultado de dedicação e estudo, com deve ser a vida de todo professor. Ele se recorda dos seus mentores, mas deixa claro sobre sua certeza de ter cometido injustiça por não ter citado o nome de algum notável mestre. “Ah, é muito difícil dizer sem cometer injustiças porque (pausa) na faculdade de Direito eu conheci pessoas que me influenciaram muito como Gofredo, o Dalmo Dallari, o Fábio Comparato, o rigor do pensamento de um Inácio Mesquita, de uma outra escola completamente diferente, escolas completamente diferentes mas que me influenciaram, o Terso Sampaio Ferraz - com quem eu não teria hoje identidade doutrinária e tudo, mas, me deu um curso sobre Kelsen que foi muito bom. O José Eduardo Faria com uma perspectiva de sociologia jurídica por meio do qual vim conhecer o Boaventura de Souza Santos com quem eu cheguei a estar ainda, mas eu fui me abrindo para essas perspectivas com as quais eu tinha contato graças aos professores. Na ECA eu tive um professor que me influenciou muitíssimo, o Luíz Milanesi, porque aquela aula dele sobre biblioteconomia, os livros, os fichamentos dos livros me deu muito método que eu não tinha e isso ainda com 18, 19 anos. Ali eu conheci, me lembro até hoje de uma aula do professor Virgílio Noia Pinto, sobre tempo cíclico e tempo linear que é engraçado é uma questão que aparece depois de muito tempo, claro que com outras referências teóricas do meu trabalho de doutorado porque uma das características da imagem eletrônica e da era digital é a alteração total da noção de tempo e de espaço e que nos deixa ver muito claramente que tempo e espaço são invenções da cultura, não são dados da realidade física ena ECA

a Nazareth, a Fadul, Jean Claude Bernadet, maravilha, o próprio Ismail Xavier, o Penhoela, todos esses professores me influenciaram muito...”. Bucci puxa outros nomes de sua memória: “O Marques de Melo, que é o Papa da matéria, é... não tive contato direto com ele, a gente teve pouca oportunidade de trabalhar junto, mas como bibliografia sem dúvida nenhuma, outra professora que me influenciou muito, a Jeane Mary Machado de Freitas, a Dulcília Buitoni me abriu muitas portas, Mauro Wilton, depois Renato Ortiz com quem eu tive aula na ECA, eu seria capaz de citar vários mas dá muito medo de esquecer de outros e certamente eu estou esquecendo agora falando agora assim improvisadamente....”. Sobre seus autores clássicos de referência, Bucci cita: “Olha, um autor, o Octávio Ianni é, que inclusive foi de minha banca de doutorado, é um nome, o Paulo Arantes da filosofia, que também foi da minha banca, é... o Renato Ortiz, também foi da minha banca... eu tive uma banca que era um espetáculo. Depois assim, eu acredito que sem dúvida a matriz de Marx e Freud desempenham algum papel, alguma coisa do Lacan, eu te falei do Bakhtin e do Saussure, o Meyer eu pego como um sistematizador do pensamento jornalístico, o Bill Kovach mas aí são coisas muito recentes, eu não sei se eu tenho com eles uma relação de formação, eu acho que seria mais esses porque eu hoje leio o trabalho deles, uso coisas do trabalho deles, são coisas mais recentes, mas não são uma relação de formação. Na formação, além desses professores que te citei que têm vários livros, mais o Adorno, sem dúvida....Tem coisa dos pós-estruturalistas, na América Latina o Barbero, o Canclini, mas tudo é perigoso eu citar dessa forma porque certamente eu estou esquecendo gente... Tem um texto que vai sair na biblioteca Mário de Andrade que tem uma bibliografia olha só... coisas que eu acho importantes na formação de um jornalista, são 60 livros...”. E Bucci, a partir das obras que ele considera fundamental para a formação dos jornalistas, ele aponta suas obras de referência: “Posso te falar, quer ver ... Perceu Abramo é uma influência importante na minha formação, Marcelo Coelho é importante na minha formação, Mário Sérgio Conti, Alberto Dines, Walter Lippmann (*Public Opinion*), tem um texto do Pulitzer que eu gosto muito que é a *Escola de jornalismo* é... o Marc Auge com aquele trabalho de “não lugares” eu gosto dele (em *Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*), Habermas sem dúvida nenhuma é um cara que eu não citei mas pelo menos quatro trabalhos do Habermas são importantes para mim, que é *Teoria da Ação Comunicativa*, *Mudança Estrutural na Esfera Pública* é... o Cláudio Abramo, aí tem uma leitura ainda que parcial mas que é bastante importante no meu caso que são leituras de Aristóteles, Platão (fundamental para o jornalismo), gosto do Max Weber algumas coisas como a *A Política como vocação*, que eu acho um texto muito

importante, é... o Lévi-Strauss, Benjamim, Pierre Bourdieu, o Guy Debord em *Sociedade do espetáculo*, o Régis Debray naquele livro *Vida e morte da imagem*, o Wolfgang Haug em *Crítica e estética da mercadoria* ... são coisas mais recentes que eu acho que não são uma influência tão profunda, mas essas coisas para mim são referência”.

Educação que veio de berço

Aos 50 anos (nasceu em 1958, em Orlandia, São Paulo), Eugênio Bucci tem carreira profissional e acadêmica referendadas. “A história funciona assim: meu pai é advogado, procurador do Estado, minha mãe era professora de português, teve uma enorme influência na minha formação, me deu aula de português e me deu muito estímulo para que eu gostasse de ler. Claro, eu poderia ter aprendido muito mais com ela do que eu aprendi, mas me lembro de leituras que ela me orientava, me indicava, que foram coisas ótimas na minha infância. Minha mãe tinha muito domínio da língua. Conhecia bem inglês, francês, conhecia latim e foi uma influência decisiva. Tenho outro irmão em Ribeirão Preto que é empresário e uma irmã advogada em Ribeirão Preto também. E eu tenho um filho de 21 anos que estuda jornalismo e vai prestar vestibular para Direito e uma filha que quer fazer arquitetura. Eu, por volta do ano 2000, quando eu estava às voltas com a conclusão do meu doutorado achei que já era a hora de eu ter uma vida profissional autônoma, não vinculada a uma grande empresa, que eu pudesse como professor e como pesquisador, como crítico ter uma produção regular, ser remunerado por isso e ter uma rotina independente, uma rotina que fosse, uma rotina é... desvinculada de uma grande organização e aí eu já tinha passado por uma experiência de um período de licença meu na Editora Abril eu tava só escrevendo, dando aula e eu gostei muito disso aí eu quis, montei isso aí eu comprei esse escritório aqui, meu irmão que é arquiteto e professor da FAU (*Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP*) se instalou ali, na parte maior, porque é justo e eu depois que voltei de Brasília estou remontando esse meu refúgio. Isso para mim é um refúgio”, diz Bucci, que fala mais de seus livros e de seu projeto do escritório na avenida Faria Lima, na capital paulista. “Ainda têm livros para vir de Brasília. Eu calculei mais ou menos que eu fosse ter aqui uns três mil livros, que são os livros, que eu não te diria que é uma biblioteca, mas são os livros que eu gosto mais ou menos de ter por perto. Eu me sinto mais seguro tendo esses livros por perto!”.

Contribuição para um pensamento independente

Em 2008 Eugênio Bucci ingressou como professor do curso de pós-graduação da ECA e estuda como melhorar os cursos de jornalismo: “Como professor a minha pesquisa é a construção de um curso de jornalismo para o futuro, é isso que eu quero pesquisar, quais as matrizes, que correntes, então eu estou olhando modelos, propostas, a Unesco tem propostas interessantes sobre isso, eu tenho muita sensação de que nos vamos ter um papel no futuro próximo – que já está aberto – muito importante para o jornalismo como discurso independente capaz de informar, porque hoje se diz muito que todo mundo é produtor de conteúdo mas esse todo mundo não atende o requisito da independência e só pode haver jornalismo com algum grau de independência, são todos produtores de conteúdo de alguma forma “interessados”, eles não têm o compromisso com a informação crítica que olha o poder com desconfiança, mas almejam o poder e tudo isso transforma esse vasto conteúdo produzido em material engajado, não num material apto a informar a sociedade, então eu tenho observado isso. Como é que fica isso se todo mundo produz conteúdo, nós podemos ter uma sociedade que prescindia do jornalismo. Isso é factível, isso é uma possibilidade real? Por outro lado, como deve ser o profissional encarregado de informar a sociedade, de vigiar o poder? Como é a formação desse profissional, em que direção ela aponta? Acho que nós estamos muito atrasados nisso no Brasil e, aqui por uma série de questões, entre elas a exigência do diploma, a formação do jornalista virou um campo próprio do corporativismo e não com foco na necessidade da sociedade e eu acho que nós temos que rever hoje os termos de que ficou posto o diploma. O próprio professor José Marques de Melo vai coordenar um grupo do MEC com o objetivo de viabilizar a formação em jornalismo para pessoas que já tenham uma graduação e isso ajuda a relativizar essa visão corporativista. Eu acho que nós estamos com esse tema da formação do jornalista na ordem do dia e eu gostaria de estudar um pouco isso”. No projeto a ser levado adiante na Escola de Comunicação e Artes da USP, Bucci revela uma nova linha de investigação: a formação do profissional jornalista. “O que se pode e deve discutir são as diretrizes de formação, quais são os parâmetros do curso para formar bons jornalistas que habilidades, que competências o jornalista deve dominar a partir do momento que ele passa por um processo de formação”, explica o professor. E é insistindo em suas mais antigas linhas de pesquisa (a notícia como direito à informação e espaço público) que Bucci pretende formatar seu projeto.

**Cibele Maria Buoro é orientanda do prof. José Marque de Melo no programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista, graduada em Comunicação Social – Jornalismo, pela PUCCAMP, pós-graduada em Ciências Políticas pela Universidade*

Estadual de Campinas (Unicamp), é professora do curso de jornalismo da Universidade Anhembi Morumbi desde 2002.

Referências bibliográficas

BUCCI, Eugênio. *O peixe morre pela boca*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1993.

BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUCCI, Eugênio. *Em Brasília, 19 horas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

NOTAS

1 – Como atuante do Movimento Estudantil Eugênio Bucci foi diretor do DCE da USP em 1981e presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto (1983-1984).

2 – Na Folha de S.Paulo Eugênio Bucci atuou entre os anos de 1989 a 1994 como articulista. De 2001 a 2003 foi colunista, simultaneamente, dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Jornal do Brasil (Caderno B)*.

3 – Com duração de seis minutos e exibido todas as segundas-feiras pela manhã, o programa *Café com o Presidente*, transmitido pela Radiobrás, passou de quinzenal para semanal em 2005 e se estendeu até 2006, quando a legislação proibiu os candidatos de se apresentarem em programas de radiodifusão. Nos períodos em que a crise do mensalão se intensificou, o presidente Lula mais esteve comprometido em falar com o país. Por conta da espontaneidade do presidente, das falas não ensaiadas, da relevância e oportunidade da pauta que tratava do que assunto mais importante do dia, o Café com o Presidente passou a ser reproduzido por redes de televisão, rádio, mídia impressa e internet.

4 – Eugênio Bucci integra o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura de São Paulo) e o Conselho Editorial da revista "Interesse Nacional". Escreve quinzenalmente na página 2 do jornal "O Estado de S. Paulo" e no site do "Observatório da Imprensa". Admitido como Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP em 2008. Foi Vice-Presidente de Relações Institucionais da ABEPEC - Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais, de setembro de 2003 a janeiro de 2007. Foi membro do Conselho de Administração da Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto - ACERP, de 5 de setembro de 2003 a dezembro de 2006. Foi Presidente da ARNASPAL - Associação de Rádios Nacionais de Serviço Público da América Latina de 1º de janeiro a 1º de dezembro de 2005. Foi Presidente do Centro Acadêmico XI de agosto da Faculdade de Direito da USP em 1984.